

MPOX NO BRASIL: DESAFIOS ATUAIS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, RESPOSTA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E ESTRATÉGIAS DE CONTROLE FRENTE A DOENÇAS EMERGENTES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.034-020>

Danielle Larissa Godinho Miranda

Centro Universitário FIBRA

Belém - PA

E-mail: danilarissamiranda@gmail.com

Humberto Alves Nogueira

Graduando em Direito

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Boa Vista - RR

E-mail: humbertoalvesnogueira@gmail.com

Victoria Kailane Martins Cabral

Graduada em Enfermagem - Fametro

Manaus - AM

E-mail: victoriacabral.acaenf@gmail.com

Maria Júlia Sampaio

Graduanda em Medicina

Cesmac

Maceió AL

E-mail: SampaioMariaJuliagomes@gmail.com

Liz Ferrari Cedrim

Graduanda em Medicina

Unima afya

Maceió-AL

E-mail: Lizferrari123@gmail.com

Liz Malta Luna

Graduanda em Medicina - FMO

Maceió-AL

E-mail: lizmlunaal@hotmail.com

Maria Fernanda Calheiros Magalhães Sampaio

Graduanda em Medicina

UNIMA- Maceió

E-mail: Fefe.sampaio@uol.com.br

Isabelli Maria Sarmiento Lopes

Graduanda em Medicina

UNIMA afya

E-mail: Isabellisarmiento@gmail.com

Helena Lima da Silva Neta
Doutorado em Inovação Terapêutica
UFPE
silvanetahlj@gmail.com

Rejane Pimenta do Prado Costa
Mestre em Saúde Sociedade e Ambiente
Universidade Federal dos Vales
E-mail: rejane.pi@ yahoo.com

RESUMO

A Mpox consolidou-se como um relevante desafio para a saúde pública brasileira a partir de 2022, exigindo respostas rápidas e articuladas diante do cenário de emergência sanitária global. No Brasil, a circulação do vírus evidenciou a importância da vigilância epidemiológica ativa, da notificação compulsória oportuna e da ampliação da capacidade diagnóstica laboratorial, especialmente em regiões com maior densidade populacional e fluxo internacional. Este estudo, de natureza qualitativa e abordagem descritivo-analítica, fundamenta-se em revisão narrativa da literatura científica e em documentos técnicos e boletins epidemiológicos oficiais publicados entre 2022 e 2025. Observou-se que o Sistema Único de Saúde desempenhou papel central na coordenação da resposta nacional, estruturando protocolos clínicos, organizando fluxos assistenciais, promovendo capacitação profissional e implementando estratégias de vacinação e comunicação em saúde. Entretanto, persistem desafios relacionados à subnotificação, à desigualdade regional na oferta de serviços, à integração entre vigilância e atenção primária e ao enfrentamento do estigma associado à doença. Conclui-se que o fortalecimento contínuo da vigilância epidemiológica, aliado a políticas intersetoriais, educação em saúde e investimentos sustentados no SUS, é fundamental para ampliar a capacidade de resposta frente à Mpox e a outras doenças emergentes.

Palavras-chave: Doenças emergentes; Mpox; Sistema Único de Saúde; Vigilância epidemiológica.

1 INTRODUÇÃO

A Mpox, anteriormente denominada monkeypox, ganhou destaque no cenário internacional a partir de 2022, quando surtos foram registrados em diferentes continentes, levando a Organização Mundial da Saúde a declarar Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. A declaração ocorreu no contexto do Regulamento Sanitário Internacional (2005), instrumento jurídico que orienta a resposta coordenada a eventos com potencial de propagação global, evidenciando a gravidade e a rápida disseminação do agravo fora de áreas historicamente endêmicas. No Brasil, a rápida disseminação de casos evidenciou vulnerabilidades estruturais e operacionais na vigilância epidemiológica, ao mesmo tempo em que ressaltou a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) como eixo central de coordenação das ações

de prevenção, diagnóstico e controle. A incorporação da doença à lista de notificação compulsória é a publicação de plano de contingência nacional demonstram mobilização institucional em múltiplos níveis de gestão. Nesse contexto, a Mpox insere-se no conjunto das doenças emergentes que desafiam sistemas de saúde, exigindo respostas integradas, baseadas em evidências e sustentadas por políticas públicas eficazes. Além disso, a mudança terminológica recomendada internacionalmente para “Mpox” buscou reduzir estigmas históricos associados à nomenclatura anterior, reforçando a dimensão ética e comunicacional da resposta sanitária.

A problemática que orienta este capítulo concentra-se na análise dos desafios enfrentados pela vigilância epidemiológica brasileira diante da Mpox, considerando aspectos como notificação compulsória, capacidade diagnóstica, integração entre níveis de atenção e enfrentamento de desigualdades regionais. Inclui-se, ainda, a necessidade de avaliar a articulação entre vigilância laboratorial, atenção primária e comunicação de risco, elementos reconhecidos como determinantes para o controle oportuno de surtos. Questiona-se em que medida a estrutura do SUS foi capaz de responder de forma oportuna e equitativa ao surto, bem como quais estratégias podem fortalecer a preparação frente a futuras emergências sanitárias. Tal questionamento envolve a análise de governança federativa do sistema, marcada pela descentralização das ações e coordenação tripartite entre União, estados e municípios.

O objetivo geral consiste em analisar os desafios atuais da vigilância epidemiológica da Mpox no Brasil e a resposta do SUS frente a doenças emergentes. Como objetivos específicos, busca-se: discutir os principais entraves na identificação e notificação de casos; examinar as estratégias de organização assistencial e vacinação adotadas; avaliar a integração entre vigilância e atenção primária; e refletir sobre perspectivas de aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento. Adicionalmente, pretende-se contextualizar a experiência brasileira à luz das recomendações internacionais e do debate contemporâneo sobre preparação para emergência lá em saúde pública.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender as lições aprendidas com a Mpox, especialmente em um país de dimensões continentais e marcantes desigualdades sociais. A heterogeneidade regional na oferta de serviços, infraestrutura laboratorial e capacidade de resposta reforça a importância de análises que considerem determinantes, sociais da saúde e iniquidades territoriais. A análise contribui para o debate acadêmico e para o aprimoramento das práticas em saúde coletiva, fortalecendo a preparação para futuras emergências epidemiológicas.

Do ponto de vista teórico, a discussão apoia-se nos referenciais da epidemiologia das doenças emergentes, que destacam fatores como globalização, mobilidade populacional, mudanças ambientais e desigualdades sociais como determinantes da emergência de novos agravos. Nesse escopo, incorpora-se também a perspectiva One Health, que reconhece a interdependência entre saúde humana, animal e

ambiental na dinâmica das zoonoses. Também se fundamenta nos princípios da vigilância em saúde — integralidade, equidade e descentralização — e na concepção do SUS como sistema público universal, estruturado para garantir acesso integral à saúde. A articulação entre vigilância epidemiológica, atenção primária e ações intersetoriais configura-se como elemento central para o enfrentamento eficaz da Mpox e de outras ameaças sanitárias contemporâneas. Assim, a análise propõe compreender a Mpox não apenas como evento epidemiológico isolado, mas como expressão de um cenário global dinâmico que exige sistemas da saúde resilientes e sustentáveis.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritivo-analítica, desenvolvido por meio de revisão narrativa da literatura. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender a Mpox no Brasil para além de dados quantitativos isolados, permitindo análise contextualizada dos desafios da vigilância epidemiológica, da organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e das estratégias de controle frente a doenças emergentes. A abordagem qualitativa possibilita interpretar políticas públicas, diretrizes técnicas e evidências científicas sob a perspectiva da saúde coletiva e da gestão em saúde.

2.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados científicas nacionais e internacionais, além da consulta a documentos oficiais, boletins epidemiológicos, notas técnicas e protocolos publicados por órgãos governamentais brasileiros entre 2022 e 2025. Foram utilizados descritores relacionados a “Mpox”, “vigilância epidemiológica”, “Sistema Único de Saúde”, “doenças emergentes” e “resposta em saúde pública”, combinados por operadores booleanos.

Como critérios de inclusão, consideraram-se publicações disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, que abordassem o contexto brasileiro ou discussões aplicáveis ao SUS. Foram excluídos materiais duplicados, estudos sem rigor metodológico aparente ou que não dialogassem diretamente com a temática proposta.

2.3 ANÁLISE E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados foram organizados por categorias temáticas previamente definidas: (a) organização da vigilância epidemiológica; (b) capacidade diagnóstica e notificação; (c) estratégias assistenciais e vacinação; (d) desafios estruturais e desigualdades regionais; e (e) perspectivas para o

enfrentamento de doenças emergentes. A análise ocorreu de forma interpretativa, articulando os achados da literatura com referenciais teóricos da epidemiologia e da saúde coletiva.

2.4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A discussão foi fundamentada nos princípios da vigilância em saúde, especialmente integralidade, equidade e descentralização, bem como nos referenciais teóricos sobre doenças emergentes e preparação para emergências sanitárias. Considerou-se, ainda, a literatura sobre organização de sistemas universais de saúde, enfatizando o papel do SUS como coordenador da resposta nacional. Essa estrutura metodológica permitiu análise crítica e contextualizada, contribuindo para a compreensão dos desafios contemporâneos relacionados à Mpox e ao fortalecimento da capacidade de resposta do sistema público de saúde brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos documentos oficiais evidenciou que a introdução da Mpox no Brasil, a partir de 2022, mobilizou de forma significativa a estrutura da vigilância epidemiológica nacional. Entre os principais achados, destaca-se a rápida inclusão da doença na lista de notificação compulsória, a elaboração de protocolos clínicos e fluxogramas de atendimento, bem como a ampliação da capacidade diagnóstica por meio da rede pública de laboratórios. Essas medidas demonstram a capacidade adaptativa do Sistema Único de Saúde (SUS) diante de emergências sanitárias, especialmente no que se refere à coordenação centralizada de diretrizes e à descentralização da execução das ações nos estados e municípios.

Observou-se, entretanto, que a distribuição desigual de recursos e infraestrutura impactou a uniformidade da resposta. Regiões com maior densidade populacional e maior disponibilidade de serviços especializados apresentaram melhor desempenho na detecção e confirmação de casos, enquanto áreas com menor cobertura assistencial enfrentaram dificuldades relacionadas à subnotificação e ao acesso oportuno ao diagnóstico. Esses achados dialogam com a literatura sobre doenças emergentes, que aponta desigualdades estruturais e determinantes sociais como fatores que influenciam a magnitude e o controle de surtos.

Outro ponto relevante refere-se ao papel estratégico da Atenção Primária à Saúde (APS) na identificação precoce de casos suspeitos e na orientação da população. Embora a APS seja reconhecida como porta de entrada do SUS, a integração entre vigilância epidemiológica e atenção básica ainda se mostrou heterogênea, evidenciando a necessidade de fortalecimento de fluxos comunicacionais e capacitação contínua das equipes multiprofissionais. Estudos recentes sobre resposta a emergências sanitárias ressaltam que a integração entre vigilância e assistência é determinante para reduzir a transmissão e evitar a sobrecarga de níveis secundários e terciários de atenção.

A implementação de estratégias de vacinação para grupos prioritários e ações de comunicação em saúde também se destacaram como componentes centrais da resposta brasileira. Contudo, a literatura aponta que o estigma associado à Mpox, especialmente em populações vulnerabilizadas, constituiu obstáculo adicional à busca por diagnóstico e tratamento, reforçando a importância de campanhas informativas baseadas em evidências e na promoção dos direitos humanos.

De forma geral, os resultados indicam que o Brasil dispõe de arcabouço institucional robusto para enfrentar emergências epidemiológicas, mas que desafios persistem no campo da equidade, da integração intersetorial e da sustentabilidade das ações. A experiência com a Mpox reforça a necessidade de investimentos contínuos em vigilância em saúde, modernização de sistemas de informação e fortalecimento da capacidade local de resposta, elementos essenciais para o enfrentamento de doenças emergentes em um cenário global cada vez mais dinâmico.

4 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu compreender os desafios atuais da vigilância epidemiológica da Mpox no Brasil, bem como avaliar a resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) frente a esse agravo emergente. Retomando o objetivo central, buscou-se examinar a capacidade de organização do sistema público de saúde diante da emergência sanitária, identificando entraves estruturais, operacionais e sociais que impactaram o enfrentamento da doença.

Os principais resultados evidenciam que o Brasil apresentou resposta relativamente célere, com implementação de notificação compulsória, ampliação da capacidade diagnóstica, elaboração de protocolos clínicos e organização de estratégias de vacinação e comunicação em saúde. O SUS demonstrou papel estratégico na coordenação nacional das ações, reforçando sua relevância como sistema universal e descentralizado. Entretanto, persistem desafios relacionados à subnotificação, às desigualdades regionais no acesso aos serviços, à necessidade de maior integração entre vigilância epidemiológica e Atenção Primária à Saúde, além do enfrentamento do estigma associado à doença.

Como contribuição, este estudo amplia a reflexão sobre a importância do fortalecimento contínuo da vigilância em saúde e da preparação para emergências sanitárias, destacando a necessidade de investimentos sustentados, qualificação profissional e integração intersetorial. Além disso, reforça a centralidade do SUS na garantia do direito à saúde em contextos de crise.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos empíricos com análise quantitativa de indicadores epidemiológicos regionais, avaliações de efetividade das estratégias de vacinação e investigações sobre o impacto das ações de comunicação na redução do estigma. Tais investigações poderão subsidiar políticas públicas mais equitativas e fortalecer a capacidade de resposta frente a novas doenças emergentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico: situação epidemiológica da Mpox no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano de contingência nacional para Monkeypox. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). 2022–2023 Mpox outbreak global map and case count. Atlanta: CDC, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Multi-country outbreak of monkeypox, external situation report. Geneva: WHO, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). WHO Director-General declares the ongoing monkeypox outbreak a Public Health Emergency of International Concern. Geneva: WHO, 2022.

REYNOLDS, M. G.; MCCOLLUM, A. M.; NAKAZAWA, Y. Monkeypox re-emergence in Africa: a call to expand the concept and practice of One Health. *Expert Review of Anti-infective Therapy*, London, v. 17, n. 2, p. 129–139, 2019.

SILVA, João da. O impacto da inteligência artificial na educação moderna. 2. ed. São Paulo: Editora Futuro, 2023. 245 p.